



# GLOBAL MED

A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**RECURSO ADMINISTRATIVO – PREGÃO ELETRÔNICO N°90006/2025**

## **A ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A **GLOBAL MED SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.451.089/0001-63, com sede na Av. Santa Maria, 42 – Camarão, São Gonçalo/RJ, CEP 24436-800, por meio de seu representante legal, Sr. Julio César Reis Couto, portador da Carteira de Identidade nº 01402981757 (DETRAN-RJ) e do CPF nº 052.908.337-06, vem, respeitosamente, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão permanente de licitação, que a julgou como inabilitada no presente certame, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso não se convença das razões abaixo formuladas e, “spont propria”, não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela habilitação da signatária.

### **DA TEMPESTIVIDADE**

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para da Decisão Administrativa ora atacada se deu aos 19 (dezenove) dias do mês de março de 2025. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 24 de março do ano em curso, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Permanente de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

### **DO MOTIVO DO RECURSO**

O presente recurso é interposto em decorrência de haver essa Comissão Permanente de Licitação, adotado como fundamento para tal decisão, o fato da RECORRENTE ter equivocadamente apresentado FGTS com outro CNPJ por um erro administrativo involuntário e por não apresentação de declaração dos itens para os quais oferecerá proposta. Foi tentado por essa recorrente o deslinde através de email, mas até o momento não obteve resposta.

**Global Med Serviços LTDA**

**Avenida Santa Maria, 42 - Camarão - São Gonçalo - RJ**

**Tel: (21) 3989-1503 / (21) 96431-5255**

**CNPJ: 04.451.089/0001-63 - Insc. Munic.: 083702 - CREA: 2011202397**

**Site: [www.globalmedrio.com.br](http://www.globalmedrio.com.br) E-mail: [globalmed@globalmedrio.com.br](mailto:globalmed@globalmedrio.com.br)**



## O EQUÍVOCO COMETIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Através a Ata de Reunião realizada na data de 13 de março de 2025 por essa Comissão Permanente de Licitação, ao proceder-se com o registro da decisão que inabilitou a RECORRENTE, assim se posicionou:

“...Licitante inabilitada por descumprir com o item C5 do edital, apresentou FGTS com outro CNPJ. E item 13.1.1, não apresentou declaração dos itens que ofereceu proposta.”

Ocorre que, tal assertiva encontra-se despida de qualquer veracidade e, pelo próprio fato, a aludida desclassificação afigura-se como ato nitidamente ilegal.

As argumentações trazidas no contexto poderiam ser vistas como erros sanáveis no certame, pois o FGTS da empresa está anexado ao SICAF, bastando apenas uma rápida verificação por parte da Pregoeira ao SICAF, visto até mesmo ter sido anexado ao sistema juntamente com os documentos de habilitação a declaração com os documentos juntados no SICAF, este anexo se deu no dia 11/03/25 às 17 horas, 10 minutos e dezesseis segundos, e referente a declaração para quais itens ofereceria proposta seria excesso de formalismo, visto ter sido apresentado a própria proposta contendo o item que quer oferecer, tornando desnecessário a tal declaração, sendo passíveis de correção por parte do licitante. O próprio texto diz declaração dos itens para os quais oferecerá proposta e o certame objeto deste recurso, só consta um item para disputa, logo se o recorrente teve interesse no certame, seria nesse único item.

Outrossim, haveria a possibilidade de abertura de prazo para sanar a falha, visto o FGTS constar no SICAF e a proposta já estava anexada, a mera declaração seria apenas uma complementação, pois como dito acima, o certame é de um único item. E conforme autoriza o Decreto do Pregão Eletrônico determina, que seja feito o “saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação” (art. 8º, inciso XII, alínea h).

Toda empresa que participa de Pregão Eletrônico deve – obrigatoriamente – ter prévio cadastro no *Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores* (Sicaf), sendo que o Decreto Federal nº [10.024/2019](#) (Decreto do Pregão Eletrônico) determina que os documentos de habilitação *devem* constar no Sicaf *antes* da abertura da sessão pública e, por esse motivo, não precisam ser inseridos na documentação de habilitação.

A ideia é justamente evitar trabalho dobrado aos licitantes e ao Pregoeiro, bastando que os documentos sejam consultados apenas no Sicaf.

O próprio edital preceitua essa oportunidade no item 12.8 alíneas b, c e c1, bem como no item 13.4 vejamos:



# GLOBAL MED

“12.8 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes: .....

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;”

13.4. – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

Através dos regramentos acima transcritos, pode-se facilmente concluir que os mesmos regulam a metodologia que deverá ser adotada por parte dos licitantes, bem como, seguida por parte dos membros dessa respeitável Comissão Permanente de Licitação, com o fim de se comprovar a boa-fé das empresas interessadas em adjudicar o objeto lícitado.

Segundo o TCU, “na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro ou o Presidente de Comissão Permanente de Licitação conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999”. Na visão da Corte de Contas federal, a ausência dos referidos documentos poderia ser saneada, devendo prevalecer os princípios do formalismo moderado e a razoabilidade, em detrimento à vinculação ao instrumento convocatório.

Na oportunidade, citamos um precedente do TCU, vejamos o **Acórdão nº 1211-2021-Plenário (26/05/2021)**:

*...Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes, é o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).*

**Global Med Serviços LTDA**

**Avenida Santa Maria, 42 - Camarão - São Gonçalo - RJ**

**Tel: (21) 3989-1503 / (21) 96431-5255**

**CNPJ: 04.451.089/0001-63 - Insc. Munic.: 083702 - CREA: 2011202397**

**Site: [www.globalmedrio.com.br](http://www.globalmedrio.com.br) E-mail: [globalmed@globalmedrio.com.br](mailto:globalmed@globalmedrio.com.br)**





De tal sorte, fica novamente evidenciada a desproporcionalidade contida na decisão proferida por essa respeitável Comissão Permanente de Licitação, visto não verificar o SICAF, com o fim de possibilitar a regular e corriqueira consulta, cuja finalidade, dentre outras, está a de permitir a constatação de documentos ausentes na habilitação, ou seja, constatar a presença da Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS que lá está anexado, bem como desproporcional exigir mera declaração para demonstrar o que a proposta anexada já demonstrava, sendo que a mesma já supri a própria declaração exigida, sem contar que a tal declaração é exigida na habilitação, para informar algo que já foi apresentado antes, através da proposta de preço torna-se incongruente.

Salienta-se que a exigência da declaração revela uma restrição indevida da competitividade. Frustra-se, assim, uma das finalidades da licitação, que é a busca pela melhor proposta, gerando prejuízo ao erário, que contratará os serviços por preços mais elevados.

O aspecto procedimental não pode ultrapassar o resultado que se espera da licitação, que é a obtenção da proposta mais vantajosa.

Segundo o Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, Malheiros Editores, 6ª edição, 1995, pág.54, discorrendo sobre o Princípio da Razoabilidade, dispõe que:

“Pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto jurisdicionalmente inválidas – as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez, e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.

Com efeito, o fato de a lei conferir aos administrados certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. **Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu líbido, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada.”**

Vale frisar que a RECORRENTE teve interesse em participar do processo licitatório, sempre consciente, de modo claro e inequívoco, de sua qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira, bem como, de sua regularidade fiscal, trabalhista ... e, como de praxe, vale repetir, com a certeza de que atendeu a todos os requisitos exigidos no Edital.

## **DA DEVIDA INABILITAÇÃO DA EMPRESA LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**

A empresa LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, foi habilitada e considerada vencedora pela Comissão Permanente de Licitação erroneamente, a mesma deve ser considerada INABILITADA, visto

**Global Med Serviços LTDA**

**Avenida Santa Maria, 42 - Camarão - São Gonçalo - RJ**

**Tel: (21) 3989-1503 / (21) 96431-5255**

**CNPJ: 04.451.089/0001-63 - Insc. Munic.: 083702 - CREA: 2011202397**

**Site: [www.globalmedrio.com.br](http://www.globalmedrio.com.br) E-mail: [globalmed@globalmedrio.com.br](mailto:globalmed@globalmedrio.com.br)**



ter deixado de cumprir as exigências editalícias constante no item 4.5 - A empresa deverá reconhecer seu compromisso socioambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis, bem como a empresa não apresentou declaração e documentação da vigilância sanitária, ambiental.

Sendo assim, considerando o descumprimento exigidos no edital pela empresa citada acima, não há razão para sua habilitação devendo a mesma ser imediatamente declarada inabilitada e por conseguinte a Comissão Permanente de Licitação deve habilitar e declarar vencedora do certame a empresa ora recorrente, pois está sim cumpriu com todas as exigência editalícias e apresentou a proposta mais vantajosa.

Finalizando, serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida por essa respeitável Comissão Permanente de Licitação e que declarou inabilitada a RECORRENTE, apesar da mesma haver, incontestavelmente, atendido às exigências reguladas no Edital de Licitação do processo licitatório acima especificado.

Não sendo o mesmo julgado procedente, não restará outra alternativa à RECORRENTE, senão buscar junto ao Tribunal de Contas e o Poder Judiciário a solução para a ilegalidade ou equívoco acima apontado.

## DO REQUERIMENTO

Em face do exposto preenchidos os requisitos legais, PUGNA A RECORRENTE pelo recebimento do presente recurso, tendo em vista que a não apresentação da declaração é um item sanável, conforme vimos em vários acórdãos acima e buscando o princípio do FORMALISMO MODERADO, PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, PRINCIPIO DA RAZOABILIDADE e que a certidão de FGTS pode ser verificada facilmente através do SICAF, por conseguinte, os mais vantajosos para a Administração, que os motivos apontados para a inabilitação da recorrente tratam-se de erros formais a qual podem ser sanados, requer-se o provimento do presente recurso.

Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão Permanente de Licitação que se digne de rever e reformar a decisão exarada, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a empresa **GLOBAL MED SERVIÇOS LTDA**, visto que a HABILITAÇÃO da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público licitatório, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu dita licitante absolutamente todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório.

REQUER a inabilitação da empresa LABTEC MASTER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, visto não ter cumprido as exigências editalícias.

Não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne V. Sra. de fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito.

**Global Med Serviços LTDA**

**Avenida Santa Maria, 42 - Camarão - São Gonçalo - RJ**

**Tel: (21) 3989-1503 / (21) 96431-5255**

**CNPJ: 04.451.089/0001-63 - Insc. Munic.: 083702 - CREA: 2011202397**

**Site: [www.globalmedrio.com.br](http://www.globalmedrio.com.br) E-mail: [globalmed@globalmedrio.com.br](mailto:globalmed@globalmedrio.com.br)**



# GLOBAL MED

Não sendo acatado a presente medida recursal, REQUER que sejam extraídas peças de todo o processo licitatório, remetendo-as ao ilustre Representante da Procuradoria Municipal e Controladoria Geral do município responsáveis pela análise das irregularidades decorrentes das contratações públicas com o fim de apurar possíveis irregularidades na prática dos atos administrativos na condução do referido certame.

Não sendo acatado a presente medida recursal, REQUER que sejam extraídas peças de todo o processo licitatório, remetendo-as ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado, bem como, ao Ministério Público, com o fim de se apurar a necessidade de instauração de uma Tomada de Contas Especiais quanto ao objeto licitado.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

**JULIO CESAR REIS**

**COUTO:05290833706**

Assinado de forma digital por  
JULIO CESAR REIS  
COUTO:05290833706  
Dados: 2025.03.24 08:41:46 -03'00'

**GLOBAL MED SERVIÇOS LTDA**

**Julio César Reis Couto**

**Sócio- Proprietário**

**Global Med Serviços LTDA**

**Avenida Santa Maria, 42 - Camarão - São Gonçalo - RJ**

**Tel: (21) 3989-1503 / (21) 96431-5255**

**CNPJ: 04.451.089/0001-63 - Insc. Munic.: 083702 - CREA: 2011202397**

**Site: [www.globalmedrio.com.br](http://www.globalmedrio.com.br) E-mail: [globalmed@globalmedrio.com.br](mailto:globalmed@globalmedrio.com.br)**